DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE MONSENHOR PAULO

Conforme Lei Municipal nº 1.487, de abril de 2017

www.monsenhorpaulo.mg.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/monsenhorpaulo

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Editais 2

Poder Legislativo 52
Licitações e Contratos 52
Errata 52

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Monsenhor Paulo, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Monsenhor Paulo poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.monsenhorpaulo.mg.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/monsenhorpaulo
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo
CNPJ 722.541.874/0001-99
Praça Coronel Flávio, 204
Telefone: (35) 3263-1320
Site: www.monsenhorpaulo.mg.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/monsenhorpaulo

Câmara Municipal de Monsenhor Paulo
CNPJ 01.037.603/0001-20
R. Lourenço Pierroti, 173
Telefone: (35) 3263-1646

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Monsenhor Paulo garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.monsenhorpaulo.mg.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/monsenhorpaulo

MUNICÍPIO DE MONSENHOR PAULO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 22.541.874/0001-99

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO MG
FLS Nº

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo - Aviso de Credenciamento. **Processo n° 053/2024 - Credenciamento nº 003/2024, Credenciamento n° 003/2024**. Objeto: Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços nas ações de assistência à saúde, para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, com ponto de coleta dentro do perímetro urbano para atendimento aos pacientes e os Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 199, § 1º, c/c art. 24 da Lei Federal nº 8.080/1990.
Os exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender a demanda dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serão realizados e autorizados em conformidade com os exames e valores constantes na tabela SUS (SIGTAP - http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp), em vigor., conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. O Município de Monsenhor Paulo, torna público que realizará **CREDENCIAMENTO**, durante o período de 16/04/2024 a 15/04/2025. O Edital estará disponível através do Site https://monsenhorpaulo.mg.gov.br/site/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3263-1320 ou Email: licitacao@monsenhorpaulo.mg.gov.br.

Monsenhor Paulo, 11/04/2024.

Glauciano Siqueira de Araújo
Diretor(a) Municipal de Licitações, Contratos e Compras Públicas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

EDITAL Nº 053/2024

PROCESSO Nº 053/2024 - Credenciamento nº 003/2024
CREDENCIAMENTO Nº 003/2024

PREÂMBULO

Torna-se público que o(a) **Município de Monsenhor Paulo**, inscrito no CNPJ sob o nº 22.541.874/0001-99, com sede na Rua José Américo, nº 525, Centro, Monsenhor Paulo - MG, por meio da(o) Secretaria Municipal de Saúde, realizará o **CREDENCIAMENTO**, durante o período de 16/04/2024 á 15/04/2025, nos termos do art. 79, inciso I e art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 015.2023 - Regulamenta Lei Federal nº 14.133.2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e Decreto Municipal nº 020.2023 - Regulamenta Sistema de Registro de Preços; e Lei Municipal nº 1.822/2023, instituiu o Programa Meu Negócio e Paulense ao incentivo ao comercio local e demais legislação aplicável.

1 - DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços nas ações de assistência à saúde, para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, com ponto de coleta dentro do perímetro urbano para atendimento aos pacientes e os Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 199, § 1º, c/c art. 24 da Lei Federal nº 8.080/1990.
Os exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender a demanda dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serão realizados e autorizados em conformidade com os exames e valores constantes na tabela SUS (SIGTAP - http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp), em vigor., conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I.

2 - QUANTITATIVO ESTIMADO DE CADA ITEM, COM RESPECTIVA UNIDADE DE MEDIDA

2.1. O quantitativo estimado de cada item, com respectiva unidade de medida encontra-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que atenderem às exigências estabelecidas neste **Edital e seus anexos**.

3.2. Não poderão participar deste credenciamento:

3.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o credenciamento versar sobre fornecimento de bens a ele relacionados;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o credenciamento versar sobre fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função do credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. agente público do Município de Monsenhor Paulo

3.2.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio[1];

---

[1] NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.

3.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.2.12. A vedação de que trata o item 3.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

4 - DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CREDENCIAMENTO CONTENDO OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

4.1. Os interessados em participar do presente credenciamento deverão protocolar **o conjunto de documentos** no setor de licitações ou enviar em formato digital "PDF" para o **e-mail gabinete@monsenhorpaulo.mg.gov.br**, **durante o período previsto no preâmbulo deste edital.**

4.2. O conjunto de documentos deverá conter:

I – requerimento de credenciamento, na forma do modelo disponível no **Anexo II,** datado e assinado pelo representante legal; e

II – documentos necessários à habilitação previstos **em tópico específico do Termo de Referência;**

III - Declarações contidas no **Anexo III** deste edital;

4.3. Os interessados que constituírem procuradores para representá-los deverão apresentar, além de todos os documentos relacionados **no Termo de Referência**, os seguintes:

I – procuração, discriminando os poderes específicos, contendo a indicação do signatário com firma reconhecida, acompanhada do instrumento que comprove os poderes do signatário;

II – cópia da cédula de identidade, se o procurador for pessoa física;

III – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, se o procurador for pessoa jurídica.

4.4. Ao apresentar requerimento de credenciamento, o requerente declara que conhece e concorda integralmente com os termos deste edital e anexos.

4.5. Um mesmo interessado poderá protocolar pedido de credenciamento para executar mais de um objeto, se for o caso, desde que preenchidos os requisitos de habilitação para todos os itens para os quais pretende se credenciar.

4.5.1. O requerente, no caso descrito no subitem supra, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

4.6. O indeferimento do pedido de credenciamento não inibe a sua reapresentação pelo interessado, condicionado ao preenchimento da exigência não atendida no pleito anterior.

4.7. A apresentação do pedido de credenciamento implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital e anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, e demais normas suplementares aplicáveis.

940 - EDITAL CREDENCIAMENTO SERVIÇO NLLC - ATIVO - APROVADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

4.7.1. A apresentação de pedido de credenciamento implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o requerente o compromisso de executar o objeto do credenciamento nos seus termos.

5 - PRAZO PARA ANÁLISE (JULGAMENTO) DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

5.1. O Agente de Contratação/comissão examinará a documentação apresentada em **até 02 (dois) dias úteis** e decidirá sobre a habilitação ou inabilitação dos proponentes, e dará ciência aos proponentes da decisão e de sua motivação na Ata de Julgamento, informando o prazo para a interposição de recursos.

5.2. Serão inabilitados os proponentes que não atenderem às condições previstas no item 4.2 e subitens deste Edital, e aqueles que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas ou cancelamentos, emendas, ressalvas ou omissões, que comprometam seu conteúdo.

5.3. O proponente que restar inabilitado no certame, poderá, a qualquer tempo, reapresentar os documentos de habilitação para novo credenciamento.

5.4. O Agente de Contratação poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line exigidos no subitem 4.2, que não forem previamente apresentado(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentados vencidos ou positivos.

5.4.1. No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não ter apresentado o documento ou ter apresentado com restrição.

5.5. Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação e demais requisitos previstos neste Edital, o requerente será considerado habilitado.

6. DOS RECURSOS

6.1. A interposição de recurso referente a habilitação ou inabilitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

6.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em até 02 (duas) horas contados da data de intimação ou de lavratura da ata, sob pena de preclusão;

6.3.1. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

6.4. Os recursos deverão ser protocolizados no setor de licitações ou encaminhados através do e-mail licitacao@monsenhorpaulo.mg.gov.br, devidamente assinado, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

6.5. O recurso será dirigido ao agente ou comissão que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

6.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais participantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitação, situado na Rua José Américo, 525, Centro, neste município.

7 - DO CREDENCIAMENTO

7.1. Encerrada a análise dos documentos de habilitação e exaurido o prazo para interposição de recursos administrativos, o procedimento será encaminhado à autoridade superior para homologação.

7.2. Após homologação do procedimento de credenciamento e a respectiva publicação, a Administração poderá dar início ao processo de contratação, por meio da assinatura do termo de credenciamento, emissão da ordem de serviço, termo de contrato ou instrumento equivalente.

7.3. O Município de Monsenhor Paulo disponibilizará a "Lista de Credenciados" junto ao site do Município para acompanhamento dos interessados.

7.4. A inclusão na "Lista de Credenciados" será realizada de forma cronológica, considerando a data do ato de homologação do credenciamento, atualizando sempre que houver novo credenciado, ficando a ordem do primeiro credenciado ao último.

8 - PRAZO PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL APÓS A CONVOCAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO

8.1. Após a homologação/autorização do credenciamento e divulgação da lista de credenciados, o Município de Monsenhor Paulo poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

8.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

8.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa o proponente, o adjudicatário ou o contratado que, como dolo ou culpa cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c. Dar causa à inexecução total do contrato;

d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente ou comissão/a durante o certame;

e. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

*g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto d*o credenciamento *sem motivo justificado;*

h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento *ou a execução do contrato;*

i. Fraudar o credenciamento *ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*

j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

L. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos proponentes, adjudicatários ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência no caso da falta prevista no subitem “a” do item 9.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa:

1. moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, bem como pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "h" a "L" do subitem 9.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de 10% a 20 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d" a "g” do subitem 9.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas “b” a “g” do subitem 9.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas "h" a "L", do subitem 9.1, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave conforme §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município de Monsenhor Paulo.

9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente, ao adjudicatário

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

ou ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.12. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o proponente ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10 - CRITÉRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

10.1. O critério para distribuição da demanda encontra-se definido no Termo de Referência, anexo a este Edital.

11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

§ 1º A comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

§ 2º Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado no PNCP.

§ 3º A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da comissão de contratação será motivada nos autos.

§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site do(a) Município de Monsenhor Paulo no prazo estabelecido no § 1º.

12 - DESCREDENCIAMENTO

12.1. O órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

I - pedido formalizado pelo credenciado;

II - perda das condições de habilitação do credenciado;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

§ 1º O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do **caput** não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do **caput**, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

§ 3º Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

§ 4º Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A homologação do resultado deste credenciamento não implicará direito à contratação.

13.2. As normas disciplinadoras do credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação do maior número de interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

13.7. O Edital está disponibilizado na íntegra, no site do(a)Município de Monsenhor Paulo através do endereço https://monsenhorpaulo.mg.gov.br/site/, também poderão ser lidos e/ou obtidos na sala de licitações e contratos da Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo, localizada na Rua José Américo, nº 525, Centro neste município nos dias úteis, no horário das 08:00:00 às 17:00:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13.8. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.8.1. Anexo I - Termo de Referência;

13.8.1.1. Anexo I do TR “TABELA DE VALORES DA CONTRATAÇÃO (Art. 79, parágrafo único, inciso III da Lei 14.133/2021)

13.8.2. Anexo II - Requerimento de credenciamento;

13.8.3. Anexo III - Declarações;

13.8.3. Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato;

13.8.4. Estudo Técnico Preliminar - Apêndice do TR.

Monsenhor Paulo, 11/04/2024.

_____

Marcelino Felipini Silva
Agente de Contratação

940 - EDITAL CREDENCIAMENTO SERVIÇO NLLC - ATIVO - APROVADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços nas ações de assistência à saúde, para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, com ponto de coleta dentro do perímetro urbano para atendimento aos pacientes e os Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 199, § 1º, c/c art. 24 da Lei Federal nº 8.080/1990.
Os exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender a demanda dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serão realizados e autorizados em conformidade com os exames e valores constantes na tabela SUS (SIGTAP - http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp), em vigor., conforme condições e especificações contidas neste termo de referência.

2 - DA PADRONIZAÇÃO

2.1 - A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

3 - DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 - Considerando as características do(s) serviço(s) a ser(em) contratado(s), o objeto desta contratação foi caracterizado como hipótese de inexigibilidade prevista no art. 74, IV c/c art. 79, I da Lei 14.133/2021.

4 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Hemograma Completo	Serviço	2000
2	Ureia	Serviço	1700
3	Tsh	Serviço	360
4	AcidoUrico	Serviço	1700
5	Pesquisa De Anticorpos Antiestreptolisina O (Aslo)	Serviço	40
6	Pesquisa De Mucopolissacarideos Na Urina	Serviço	50
7	Prova Do Latex P/ Pesquisa Do Fator Reumatoide	Serviço	20
8	Dosagem De Glicose	Serviço	2000
9	Dosagem De Triglicerideos	Serviço	1700
10	Dosagem De 25 Hidroxivitamina D	Serviço	360
11	Dosagem De Vitamina B12	Serviço	360
12	Dosagem De Potassio	Serviço	75
13	Dosagem De Calcio	Serviço	75
14	Dosagem De Calcio Ionizavel	Serviço	20

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.
15	Dosagem De AntigenoProstatico Especifico (Psa) livre e total	Serviço	100
16	Dosagem De Colesterol Total	Serviço	1700
17	Dosagem De Colesterol Hdl	Serviço	1700
18	Dosagem De Colesterol Ldl	Serviço	1700
19	Pesquisa De Anticorpos Antinucleo (Fan)	Serviço	152
20	Dosagem De Creatinina	Serviço	1700
21	Dosagem De Transaminase Glutamico-Oxalacetica (Tgo)	Serviço	1300
22	Dosagem De Transaminase Glutamico-Piruvica (Tgp)	Serviço	1300
23	Determinacao De Velocidade De Hemossedimentacao (Vhs)	Serviço	50
24	Determinacao Quantitativa De Proteina C Reativa (Pcr)	Serviço	200
25	Dosagem De Tiroxina Livre (T4 Livre)	Serviço	100
26	Analise De Caracteres Fisicos, Elementos E Sedimento Da Urina (Eas)	Serviço	1700
27	Dosagem De Gama-Glutamil-Transferase (Gama Gt)	Serviço	1300
28	Pesquisa De Anticorpos Anti-Dna	Serviço	5
29	Dosagem De Imunoglobulina E (Ige)	Serviço	5
30	Dosagem De Imunoglobulina A (Iga)	Serviço	5
31	Dosagem De Imunoglobulina M (Igm)	Serviço	5
32	Pesquisa De Fator Reumatoide (Waaler-Rose)	Serviço	20
33	Vdrl P/ Deteccao De Sifilis Em Gestante	Serviço	60
34	Pesquisa De Larvas Nas Fezes	Serviço	100
35	Dosagem De Gama-Glutamil-Transferase (Gama Gt) (Ggt)	Serviço	1300
36	Pesquisa De Anticorpos Anti-Hiv-1 + Hiv-2 (Elisa)	Serviço	60
37	Dosagem De Fosfatase Alcalina (Fa)	Serviço	60
38	Dosagem De Bilirrubina Total E Fracoes	Serviço	60
39	Pesquisa De Anticorpos Antitireoglobulina	Serviço	5
40	Dosagem De Tireoglobulina	Serviço	5
41	Dosagem De Hormonio Luteinizante (Lh)	Serviço	12
42	Determinacao De Fator Reumatoide	Serviço	20
43	Dosagem De Fosforo	Serviço	75
44	Dosagem De Sodio	Serviço	75
45	Dosagem De Muco-Proteinas	Serviço	5
46	Urocltura	Serviço	100
47	Antibiograma	Serviço	50
48	Determinacao De Tempo E Atividade Da Protrombina (Tap)	Serviço	20
49	Dosagem De Ferro Serico	Serviço	20
50	Dosagem De Ferritina	Serviço	20
51	Dosagem De Transferrina	Serviço	12
52	Contagem De Reticulocitos	Serviço	5
53	Determinacao De Tempo De Tromboplastina Parcial Ativada (Ttp Ativada) (Ttpa)	Serviço	70
54	Dosagem De Progesterona	Serviço	5
55	Dosagem Do Antígeno Ca 125	Serviço	60

924 - TERMO DE REFERÊNCIA - CREDENCIAMENTO SERVIÇO NLLC - ATIVO - APROVADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.
56	Pesquisa De AntigenoCarcinoembrionario (Cea)	Serviço	20
57	Dosagem De Desidrogenase Latica	Serviço	12
58	Dosagem De Aldolase	Serviço	5
59	Dosagem De Creatinofosfoquinase (Cpk)	Serviço	6
60	Dosagem De Amilase	Serviço	30
61	Dosagem De Lipase	Serviço	30
62	Pesquisa De Sangue Oculto Nas Fezes	Serviço	15
63	Pesquisa De Anticorpos Contra Antigeno De Superficie Do Virus Da Hepatite B (Anti-Hbs)	Serviço	8
64	Dosagem De Hemoglobina Glicosilada (Hba1c)	Serviço	500
65	Pesquisa De Antigeno De Superficie Do Virus Da Hepatite B (Hbsag)	Serviço	60
66	Dosagem De Testosterona (Total)	Serviço	5
67	Dosagem De Testosterona Livre	Serviço	5
68	Dosagem De HormonioFoliculo-Estimulante (Fsh)	Serviço	12
69	Dosagem De Microalbumina Na Urina	Serviço	12
70	Dosagem De Estradiol	Serviço	5
71	Dosagem De Gonadotrofina Corionica Humana (Hcg, Beta Hcg)	Serviço	100
72	Dosagem De Somatomedina C (Igf1)	Serviço	5
73	Dosagem De Gonadotrofina Corionica Humana (Hcg, Beta Hcg) quantitativo	Serviço	10
74	Dosagem De Triiodotironina (T3)	Serviço	5
75	Eritrograma (Eritrocitos, Hemoglobina, Hematocrito)	Serviço	5
76	Dosagem De Prolactina	Serviço	8
77	Dosagem De Alfa-Fetoproteina	Serviço	5
78	Determinacao De Curva Glicemica (2 Dosagens)	Serviço	75
79	Dosagem De Hormonio De Crescimento (Hgh)	Serviço	5
80	Pesquisa De Anticorpos Antimicrossomas	Serviço	5
81	Eletroforese De Proteinas	Serviço	5
82	Pesquisa De Anticorpos Contra O Virus Da Hepatite C (Anti-Hcv)	Serviço	60
83	Contagem De Plaquetas	Serviço	700
84	Baciloscopia Direta P/ Baar Tuberculose (Diagnóstica)	Serviço	30
85	Dosagem De Proteinas Totais E Fracoes	Serviço	50
86	Dosagem De Paratormonio (Pth)	Serviço	5
87	Pesquisa De Anticorpos Anti-Ss-B (La)	Serviço	5
88	Pesquisa De Anticorpos Anti-Ss-A (Ro)	Serviço	5
89	Pesquisa De Anticorpos Anti-Sm	Serviço	5
90	Dosagem De Magnesio	Serviço	20
91	Dosagem De Cloreto	Serviço	12
92	Pesquisa De Anticorpos Igg Contra O Virus Epstein-Barr	Serviço	5
93	Pesquisa De Anticorpos Igm Contra O Virus Epstein-Barr	Serviço	5
94	Pesquisa De Anticorpos IggAnticitomegalovirus	Serviço	5
95	Pesquisa De Anticorpos IgmAnticitomegalovirus	Serviço	5
96	Clearance De Creatinina	Serviço	10

924 - TERMO DE REFERÊNCIA - CREDENCIAMENTO SERVIÇO NLLC - ATIVO - APROVADO

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.
97	Dosagem de Alfa-1-Glicoproteina Acida	Serviço	5
98	Dosagem De Peptideo C	Serviço	5
99	Acido fólico	Serviço	8
100	Determinacao De Tempo De Sangramento -Duke	Serviço	30
101	Determinacao De Tempo De Coagulacao	Serviço	70
102	Pesquisa De Anticorpos Igm Contra Antigeno Central Do Virus Da Hepatite B (Anti-Hbc-Igm)	Serviço	8
103	Pesquisa De Anticorpos Igg E Igm Contra Antigeno Central Do Virus Da Hepatite B (Anti-Hbc-Total)	Serviço	8
104	Bacterioscopia (Gram)	Serviço	12
105	Determinacao De Curva GlicemicaClassica (5 Dosagens)	Serviço	12
106	Dosagem De Complemento C3	Serviço	5
107	Dosagem De Complemento C4	Serviço	5
108	Pesquisa De Anticorpos Anti-Ribonucleoproteina (Rnp)	Serviço	5
109	Determinacao De Capacidade De Fixacao Do Ferro	Serviço	12
110	Dosagem De Aluminio	Serviço	8
111	Pesquisa De Anticorpos Igg Contra O Virus Da Rubeola	Serviço	60
112	Pesquisa De Anticorpos Igm Contra O Virus Da Rubeola	Serviço	60
113	Pesquisa De Anticorpos IggAntitoxoplasma	Serviço	60
114	Pesquisa De Anticorpos IgmAntitoxoplasma	Serviço	60
115	Dosagem De Insulina	Serviço	5
116	Dosagem De AcidoValproico	Serviço	6
117	Dosagem De Carbamazepina	Serviço	6
118	Dosagem De Cortisol	Serviço	6
119	Teste de Supressão do Cortisol Após Dexametasona	Serviço	5
120	Dosagem De Fibrinogenio	Serviço	5
121	Pesquisa De Fator Rh (Inclui D Fraco)	Serviço	60
122	Determinação Direta e Reversa de Grupo Abo	Serviço	12
123	Dosagem De Sulfato De Hidroepiandrosterona (Dheas)	Serviço	3
124	Dosagem De Androstenediona	Serviço	3
125	Pesquisa De Anticorpos Antimusculo Liso	Serviço	3
126	Glicose Pos Dextros	Serviço	30
127	Dosagem De Proteinas (Urina De 24 Horas)	Serviço	12
128	Leucograma	Serviço	5
129	Dosagem De Litio	Serviço	12
130	Baciloscopia Para Barr	Serviço	12
131	Dosagem De Adrenocorticotrofico (Acth)	Serviço	3
132	Gasometria	Serviço	10
133	Pesquisa de Anticorpos Igg Antitripanossoma Cruzi	Serviço	5
134	Pesquisa de Anticorpos Igm (Dengue e Febre Amarela)	Serviço	50
135	Pesquisa De Ovos E Cistos De Parasitas (parasitológico)	Serviço	200
136	Dosagem De Barbiturados - Fenobarbital	Serviço	30
137	Dosagem De Chumbo	Serviço	5

924 - TERMO DE REFERÊNCIA - CREDENCIAMENTO SERVIÇO NLLC - ATIVO - APROVADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.
138	Baciloscopia Direta P/ Baar Hanseníase	Serviço	10
139	Teste Indireto De Antiglobulina Humana (Tia) (CoombsIndire.)	Serviço	50
140	Pesquisa De Antic. Contra Antig. Do ViírusHepat.B (Anti-Hbe)	Serviço	15
141	Pesquisa De Antic. Igg Contra Antig. Da Hepat. A (Anti - Hvaigg)	Serviço	15
142	Pesquisa De Antic. Igm Contra Antig. Da Hepat. A (Anti - Hvaigm)	Serviço	15
143	Pesquisa De Antígeno Vírus Da Hepatite B (Hbeag)	Serviço	15

Os exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender a demanda dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serão realizados e autorizados em conformidade com os exames e valores constantes na tabela SUS (SIGTAP - http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp), em vigor.

5 - PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de vigência do credenciamento será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente., conforme Estudo Técnico Preliminar.

6 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "B", DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do documento de formalização de demanda.

7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "C", E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico do estudo técnico preliminar.

8 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Sustentabilidade

8.1.1 - Os requisitos da contratação relacionados a natureza do objeto e a sustentabilidade encontra-se pormenorizado em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

8.2 - Subcontratação

8.2.1 - NÃO será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8.3 - Garantia da contratação

8.3.1 - 8.7.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

9.1 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

9.1.1 - A execução do(s) serviços(s) estará autorizada a partir da Ordem de Serviço, a ser emitido pelo Setor de Compras ou pelo setor requisitante do Município de Monsenhor Paulo.

9.1.2 - Para a execução do objeto a CONTRATADA deverá seguir a seguinte dinâmica:

Os exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serão realizados e autorizados em conformidade com os exames e valores constantes na tabela SUS (SIGTAP - http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp), em vigor., pela Secretaria Municipal de Saúde.

10 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 - As comunicações entre o Município de Monsenhor Paulo e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.3 - A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

10.4 - A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

11 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1 - A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

11.1.1 - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.1.1.1 - Não produziu os resultados acordados;

11.1.1.2 - Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.1.1.3 - Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12 - DO RECEBIMENTO

12.1 - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da

Lei nº 14.133).

12.1.1- O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

12.1.2. - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.2 - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação

12.3 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.4 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.5- Quando a fiscalização e a gestão do contrato justificadamente for exercida por um único servidor, caberá a ele praticar todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação da manutenção da regularidade fiscal exigida para contratação, observadas as disposições deste Termo de Referência.

13.2 - Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal ou na fase de recebimento provisório/definitivo ou no cumprimento de obrigações contratuais.

13.3 - No caso de atraso no pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento será de 6% a.a. (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

a. EM = I x N x V, onde:
b. EM = encargos moratórios

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

c. N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento
d. V = valor a ser pago
e. I = índice de atualização financeira = 0,0001643

13.4 - À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se os serviços não estiverem em perfeitas condições de acordo com as exigências contidas neste termo de Referência.

14 - REAJUSTE

14.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.2 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5 - O reajuste será realizado por apostilamento.

15 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 - São obrigações do Contratante:

15.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

15.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, por meio dos servidores designados na condição de Fiscal(s) no documento de formalização de demanda.

15.1.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

15.1.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

15.1.7 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

15.1.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.1.8.1 - A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.1.9 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do protocolo.

15.1.10 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1 - São obrigações do Contratado:

16.1.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

16.1.3 - Alocar, quando for o caso, os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

16.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no aviso de dispensa, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.6 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.7 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro utilizado pelo(a) Município de Monsenhor Paulo, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

16.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

16.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

16.1.10 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo(a) Município de Monsenhor Paulo ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

16.1.11 - Prestar os serviços dentro das exigências mínimas impostas pela ANVISA e segundo as especificações e determinações técnicas aplicáveis, respondendo por sua qualidade.

16.1.12 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

16.1.13 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

924 - TERMO DE REFERÊNCIA - CREDENCIAMENTO SERVIÇO NLLC - ATIVO - APROVADO

16.1.14 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

16.1.15 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.16 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do(a) Município de Monsenhor Paulo;

17 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1 - Forma de seleção

17.1.1 - A contratação será por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 79, inciso I e art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 - Condição prévia ao exame da documentação de habilitação

17.2.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

17.2.1.1 - Consultar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento.

Nota explicativa: Caso não esteja disponível no PNCP a consulta prevista no item 17.2.1.1, poderá ser realizada a consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, a qual abrange também o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Portal da Transparência (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).

17.2.1.2. Constatada a existência de sanção, o interessado não poderá ser contratado.

17.3 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA

17.3.1 - Para fins de habilitação, deverá o futuro contratado comprovar os seguintes requisitos:

17.3.1.1. Habilitação Jurídica

17.3.1.1.1 - **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

924 - TERMO DE REFERÊNCIA - CREDENCIAMENTO SERVIÇO NLLC - ATIVO - APROVADO

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

17.3.1.1.2 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

17.3.1.1.3 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;16.4.6 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

17.3.1.1.4 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

17.4. FISCAL E TRABALHISTA;

17.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

17.4.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

17.4.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

17.4.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.4.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.4.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

924 - TERMO DE REFERÊNCIA - CREDENCIAMENTO SERVIÇO NLLC - ATIVO - APROVADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

17.4.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

17.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.5.1. Será exigido Qualificação Econômico Financeira, conforme exigência abaixo:

17.6.1.1 - Certidão Negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado ou Cartório / Secretaria do distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja data de expedição não anteceda em mais de 90 (noventa) dias a data da apresentação das propostas;

17.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.6.1. Será exigido Qualificação Técnica, conforme exigência abaixo:

16.6.1.1 - Atestado expedido por pessoa de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante já tenha fornecido ou prestado serviço em compatibilidade com o objeto desse edital.

16.6.1.2 - O(s) atestado(s) ou certidão(es) referidos no item anterior deverão estar acompanhados dos respectivos instrumentos administrativos públicos ou privados (Contratos Administrativos; Contratos Privados; Ata de Registro de Preços, Notas de Empenho ou Notas Fiscais de Fornecimento ou Serviços).

16.6.1.3 - Alvará sanitário ou licença sanitária da empresa licitante expedidos pelo serviço de vigilância federal, estadual ou municipal. (quando for o caso) não se aplica a este edital.

16.6.1.4 - A pessoa jurídica deverá ter inscrição junto ao CRF;

16.6.1.5 - O profissional deverá ser graduado em Farmácia; ter inscrição junto ao CRF;

18 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA

18.1 - No presente credenciamento não será permitido a participação de pessoa física

19 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1 - O valor da contratação conforme exigência do art. 79, parágrafo único, inciso III da Lei 14.133/2021, encontra-se detalhado no ANEXO I DO TR - "TABELA DE VALORES DA CONTRATAÇÃO".

20 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

924 - TERMO DE REFERÊNCIA - CREDENCIAMENTO SERVIÇO NLLC - ATIVO - APROVADO

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

20.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do(a) Município de Monsenhor Paulo.

20.1.1 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.06.02.10.301.0020.2.037.3390.39.00 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Red. 477 - Fonte: 1.500.000; 1.621.000; 2.621.000

20.1.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

21 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

21.1 - As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

21.2 - Considera-se licitante todo fornecedor, podendo ser pessoa física ou jurídica, participante da presente contratação direta.

21.3 - Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

21.4 - O que deverá ser concretizado até 10 (dez) dias após a assinatura do instrumento contratual sob pena de decair do direito de execução da obra, passando a ser chamada a 2ª proponente classificada. E a liberação da garantia somente após conclusão da obra com a emissão da certidão de baixa do CNO, junto à Receita Federal do Brasil.

21.5 - A Contratada fica obrigada a proceder a retenção do Imposto de Renda na Fonte, sob a aplicação das alíquotas previstas no Anexo I, da Instrução Normativa nº 1.234 da Receita Federal do Brasil, editada nos termos do art. 64 da Lei Federal n. 9.430/96 e orientação da RFB disposta no MAFON Versão 2023, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade.

Parágrafo único: As retenções deverão ser realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços ou do fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição e 1988.

Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo, 11/04/2024.

924 - TERMO DE REFERÊNCIA - CREDENCIAMENTO SERVIÇO NLLC - ATIVO - APROVADO

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Letícia Mendes Trindade
Secretário(a) Municipal de Saúde

DESPACHO

Aprovo o Termo de referência, considerando a necessidade da contratação, em face das justificativas apresentadas pelo setor requisitante.

Letícia Aparecida Belato Martins
Prefeito(a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

ANEXO I DO TR

"TABELA DE VALORES DA CONTRATAÇÃO".

(Art. 79, parágrafo único, inciso III da Lei 14.133/2021)

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	Hemograma Completo	Serviço	2000	R$ 4,11	R$ 8.220,00
2	Ureia	Serviço	1700	R$ 1,85	R$ 3.145,00
3	Tsh	Serviço	360	R$ 8,96	R$ 3.225,60
4	AcidoUrico	Serviço	1700	R$ 1,85	R$ 3.145,00
5	Pesquisa De Anticorpos Antiestreptolisina O (Aslo)	Serviço	40	R$ 2,83	R$ 113,20
6	Pesquisa De Mucopolissacarideos Na Urina	Serviço	50	R$ 3,70	R$ 185,00
7	Prova Do Latex P/ Pesquisa Do Fator Reumatoide	Serviço	20	R$ 1,89	R$ 37,80
8	Dosagem De Glicose	Serviço	2000	R$ 1,85	R$ 3.700,00
9	Dosagem De Triglicerideos	Serviço	1700	R$ 3,51	R$ 5.967,00
10	Dosagem De 25 Hidroxivitamina D	Serviço	360	R$ 15,24	R$ 5.486,40
11	Dosagem De Vitamina B12	Serviço	360	R$ 15,24	R$ 5.486,40
12	Dosagem De Potassio	Serviço	75	R$ 1,85	R$ 138,75
13	Dosagem De Calcio	Serviço	75	R$ 1,85	R$ 138,75
14	Dosagem De Calcio Ionizavel	Serviço	20	R$ 3,51	R$ 70,20
15	Dosagem De AntigenoProstatico Especifico (Psa) livre e total	Serviço	100	R$ 16,42	R$ 1.642,00
16	Dosagem De Colesterol Total	Serviço	1700	R$ 1,85	R$ 3.145,00
17	Dosagem De Colesterol Hdl	Serviço	1700	R$ 1,85	R$ 3.145,00
18	Dosagem De Colesterol Ldl	Serviço	1700	R$ 1,85	R$ 3.145,00
19	Pesquisa De Anticorpos Antinucleo (Fan)	Serviço	152	R$ 17,16	R$ 2.608,32
20	Dosagem De Creatinina	Serviço	1700	R$ 1,85	R$ 3.145,00
21	Dosagem De Transaminase Glutamico-Oxalacetica (Tgo)	Serviço	1300	R$ 2,01	R$ 2.613,00
22	Dosagem De Transaminase Glutamico-Piruvica (Tgp)	Serviço	1300	R$ 2,01	R$ 2.613,00
23	Determinacao De Velocidade De Hemossedimentacao (Vhs)	Serviço	50	R$ 2,73	R$ 136,50
24	Determinacao Quantitativa De Proteina C Reativa (Pcr)	Serviço	200	R$ 9,25	R$ 1.850,00
25	Dosagem De Tiroxina Livre (T4 Livre)	Serviço	100	R$ 11,60	R$ 1.160,00
26	Analise De Caracteres Fisicos, Elementos E Sedimento Da Urina (Eas)	Serviço	1700	R$ 3,70	R$ 6.290,00
27	Dosagem De Gama-Glutamil-Transferase (Gama Gt)	Serviço	1300	R$ 3,51	R$ 4.563,00
28	Pesquisa De Anticorpos Anti-Dna	Serviço	5	R$ 8,67	R$ 43,35

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
29	Dosagem De Imunoglobulina E (Ige)	Serviço	5	R$ 9,25	R$ 46,25
30	Dosagem De Imunoglobulina A (Iga)	Serviço	5	R$ 17,16	R$ 85,80
31	Dosagem De Imunoglobulina M (Igm)	Serviço	5	R$ 17,16	R$ 85,80
32	Pesquisa De Fator Reumatoide (Waaler-Rose)	Serviço	20	R$ 4,10	R$ 82,00
33	Vdrl P/ Deteccao De Sifilis Em Gestante	Serviço	60	R$ 2,83	R$ 169,80
34	Pesquisa De Larvas Nas Fezes	Serviço	100	R$ 1,65	R$ 165,00
35	Dosagem De Gama-Glutamil-Transferase (Gama Gt) (Ggt)	Serviço	1300	R$ 3,51	R$ 4.563,00
36	Pesquisa De Anticorpos Anti-Hiv-1 + Hiv-2 (Elisa)	Serviço	60	R$ 10,00	R$ 600,00
37	Dosagem De Fosfatase Alcalina (Fa)	Serviço	60	R$ 2,01	R$ 120,60
38	Dosagem De Bilirrubina Total E Fracoes	Serviço	60	R$ 2,01	R$ 120,60
39	Pesquisa De Anticorpos Antitireoglobulina	Serviço	5	R$ 17,16	R$ 85,80
40	Dosagem De Tireoglobulina	Serviço	5	R$ 15,35	R$ 76,75
41	Dosagem De Hormonio Luteinizante (Lh)	Serviço	12	R$ 8,97	R$ 107,64
42	Determinacao De Fator Reumatoide	Serviço	20	R$ 2,83	R$ 56,60
43	Dosagem De Fosforo	Serviço	75	R$ 1,85	R$ 138,75
44	Dosagem De Sodio	Serviço	75	R$ 1,85	R$ 138,75
45	Dosagem De Muco-Proteinas	Serviço	5	R$ 2,01	R$ 10,05
46	Urocltura	Serviço	100	R$ 5,62	R$ 562,00
47	Antibiograma	Serviço	50	R$ 4,98	R$ 249,00
48	Determinacao De Tempo E Atividade Da Protrombina (Tap)	Serviço	20	R$ 2,73	R$ 54,60
49	Dosagem De Ferro Serico	Serviço	20	R$ 3,51	R$ 70,20
50	Dosagem De Ferritina	Serviço	20	R$ 15,59	R$ 311,80
51	Dosagem De Transferrina	Serviço	12	R$ 4,12	R$ 49,44
52	Contagem De Reticulocitos	Serviço	5	R$ 2,73	R$ 13,65
53	Determinacao De Tempo De Tromboplastina Parcial Ativada (Ttp Ativada) (Ttpa)	Serviço	70	R$ 5,77	R$ 403,90
54	Dosagem De Progesterona	Serviço	5	R$ 10,22	R$ 51,10
55	Dosagem Do Antígeno Ca 125	Serviço	60	R$ 13,35	R$ 801,00
56	Pesquisa De AntigenoCarcinoembrionario (Cea)	Serviço	20	R$ 13,35	R$ 267,00
57	Dosagem De Desidrogenase Latica	Serviço	12	R$ 3,68	R$ 44,16
58	Dosagem De Aldolase	Serviço	5	R$ 13,68	R$ 68,40
59	Dosagem De Creatinofosfoquinase (Cpk)	Serviço	6	R$ 3,68	R$ 22,08
60	Dosagem De Amilase	Serviço	30	R$ 2,25	R$ 67,50
61	Dosagem De Lipase	Serviço	30	R$ 2,25	R$ 67,50
62	Pesquisa De Sangue Oculto Nas Fezes	Serviço	15	R$ 1,65	R$ 24,75
63	Pesquisa De Anticorpos Contra Antigeno De Superficie Do Virus Da Hepatite B (Anti-Hbs)	Serviço	8	R$ 18,55	R$ 148,40
64	Dosagem De Hemoglobina Glicosilada (Hba1c)	Serviço	500	R$ 7,86	R$ 3.930,00

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
65	Pesquisa De Antigeno De Superficie Do Virus Da Hepatite B (Hbsag)	Serviço	60	R$ 18,55	R$ 1.113,00
66	Dosagem De Testosterona (Total)	Serviço	5	R$ 10,43	R$ 52,15
67	Dosagem De Testosterona Livre	Serviço	5	R$ 13,11	R$ 65,55
68	Dosagem De HormonioFoliculo-Estimulante (Fsh)	Serviço	12	R$ 7,89	R$ 94,68
69	Dosagem De Microalbumina Na Urina	Serviço	12	R$ 8,12	R$ 97,44
70	Dosagem De Estradiol	Serviço	5	R$ 10,15	R$ 50,75
71	Dosagem De Gonadotrofina Corionica Humana (Hcg, Beta Hcg)	Serviço	100	R$ 7,85	R$ 785,00
72	Dosagem De Somatomedina C (Igf1)	Serviço	5	R$ 15,35	R$ 76,75
73	Dosagem De Gonadotrofina Corionica Humana (Hcg, Beta Hcg) quantitativo	Serviço	10	R$ 23,85	R$ 238,50
74	Dosagem De Triiodotironina (T3)	Serviço	5	R$ 8,71	R$ 43,55
75	Eritrograma (Eritrocitos, Hemoglobina, Hematocrito)	Serviço	5	R$ 2,73	R$ 13,65
76	Dosagem De Prolactina	Serviço	8	R$ 10,15	R$ 81,20
77	Dosagem De Alfa-Fetoproteina	Serviço	5	R$ 15,06	R$ 75,30
78	Determinacao De Curva Glicemica (2 Dosagens)	Serviço	75	R$ 3,63	R$ 272,25
79	Dosagem De Hormonio De Crescimento (Hgh)	Serviço	5	R$ 10,21	R$ 51,05
80	Pesquisa De Anticorpos Antimicrossomas	Serviço	5	R$ 17,16	R$ 85,80
81	Eletroforese De Proteinas	Serviço	5	R$ 4,42	R$ 22,10
82	Pesquisa De Anticorpos Contra O Virus Da Hepatite C (Anti-Hcv)	Serviço	60	R$ 18,55	R$ 1.113,00
83	Contagem De Plaquetas	Serviço	700	R$ 2,73	R$ 1.911,00
84	Baciloscopia Direta P/ Baar Tuberculose (Diagnóstica)	Serviço	30	R$ 4,20	R$ 126,00
85	Dosagem De Proteinas Totais E Fracoes	Serviço	50	R$ 1,85	R$ 92,50
86	Dosagem De Paratormonio (Pth)	Serviço	5	R$ 43,13	R$ 215,65
87	Pesquisa De Anticorpos Anti-Ss-B (La)	Serviço	5	R$ 18,55	R$ 92,75
88	Pesquisa De Anticorpos Anti-Ss-A (Ro)	Serviço	5	R$ 18,55	R$ 92,75
89	Pesquisa De Anticorpos Anti-Sm	Serviço	5	R$ 17,16	R$ 85,80
90	Dosagem De Magnesio	Serviço	20	R$ 2,01	R$ 40,20
91	Dosagem De Cloreto	Serviço	12	R$ 1,85	R$ 22,20
92	Pesquisa De Anticorpos Igg Contra O Virus Epstein-Barr	Serviço	5	R$ 17,16	R$ 85,80
93	Pesquisa De Anticorpos Igm Contra O Virus Epstein-Barr	Serviço	5	R$ 17,16	R$ 85,80
94	Pesquisa De Anticorpos IggAnticitomegalovirus	Serviço	5	R$ 11,00	R$ 55,00
95	Pesquisa De Anticorpos IgmAnticitomegalovirus	Serviço	5	R$ 11,61	R$ 58,05
96	Clearance De Creatinina	Serviço	10	R$ 3,51	R$ 35,10
97	Dosagem de Alfa-1-Glicoproteina Acida	Serviço	5	R$ 3,68	R$ 18,40

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
98	Dosagem De Peptideo C	Serviço	5	R$ 15,35	R$ 76,75
99	Acido fólico	Serviço	8	R$ 15,65	R$ 125,20
100	Determinacao De Tempo De Sangramento - Duke	Serviço	30	R$ 2,73	R$ 81,90
101	Determinacao De Tempo De Coagulacao	Serviço	70	R$ 2,73	R$ 191,10
102	Pesquisa De Anticorpos Igm Contra Antigeno Central Do Virus Da Hepatite B (Anti-Hbc-Igm)	Serviço	8	R$ 18,55	R$ 148,40
103	Pesquisa De Anticorpos Igg E Igm Contra Antigeno Central Do Virus Da Hepatite B (Anti-Hbc-Total)	Serviço	8	R$ 18,55	R$ 148,40
104	Bacterioscopia (Gram)	Serviço	12	R$ 2,80	R$ 33,60
105	Determinacao De Curva GlicemicaClassica (5 Dosagens)	Serviço	12	R$ 10,00	R$ 120,00
106	Dosagem De Complemento C3	Serviço	5	R$ 17,16	R$ 85,80
107	Dosagem De Complemento C4	Serviço	5	R$ 17,16	R$ 85,80
108	Pesquisa De Anticorpos Anti-Ribonucleoproteina (Rnp)	Serviço	5	R$ 17,16	R$ 85,80
109	Determinacao De Capacidade De Fixacao Do Ferro	Serviço	12	R$ 2,01	R$ 24,12
110	Dosagem De Aluminio	Serviço	8	R$ 27,50	R$ 220,00
111	Pesquisa De Anticorpos Igg Contra O Virus Da Rubeola	Serviço	60	R$ 17,16	R$ 1.029,60
112	Pesquisa De Anticorpos Igm Contra O Virus Da Rubeola	Serviço	60	R$ 17,16	R$ 1.029,60
113	Pesquisa De Anticorpos IggAntitoxoplasma	Serviço	60	R$ 16,97	R$ 1.018,20
114	Pesquisa De Anticorpos IgmAntitoxoplasma	Serviço	60	R$ 18,55	R$ 1.113,00
115	Dosagem De Insulina	Serviço	5	R$ 10,17	R$ 50,85
116	Dosagem De AcidoValproico	Serviço	6	R$ 15,65	R$ 93,90
117	Dosagem De Carbamazepina	Serviço	6	R$ 17,53	R$ 105,18
118	Dosagem De Cortisol	Serviço	6	R$ 9,86	R$ 59,16
119	Teste de Supressão do Cortisol Após Dexametasona	Serviço	5	R$ 12,01	R$ 60,05
120	Dosagem De Fibrinogenio	Serviço	5	R$ 4,60	R$ 23,00
121	Pesquisa De Fator Rh (Inclui D Fraco)	Serviço	60	R$ 1,37	R$ 82,20
122	Determinação Direta e Reversa de Grupo Abo	Serviço	12	R$ 1,37	R$ 16,44
123	Dosagem De Sulfato De Hidroepiandrosterona (Dheas)	Serviço	3	R$ 13,11	R$ 39,33
124	Dosagem De Androstenediona	Serviço	3	R$ 13,11	R$ 39,33
125	Pesquisa De Anticorpos Antimusculo Liso	Serviço	3	R$ 17,16	R$ 51,48
126	Glicose Pos Dextros	Serviço	30	R$ 3,65	R$ 109,50
127	Dosagem De Proteinas (Urina De 24 Horas)	Serviço	12	R$ 2,04	R$ 24,48
128	Leucograma	Serviço	5	R$ 2,73	R$ 13,65
129	Dosagem De Litio	Serviço	12	R$ 2,25	R$ 27,00
130	Baciloscopia Para Barr	Serviço	12	R$ 4,20	R$ 50,40
131	Dosagem De Adrenocorticotrofico (Acth)	Serviço	3	R$ 14,12	R$ 42,36

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
132	Gasometria	Serviço	10	R$ 15,65	R$ 156,50
133	Pesquisa de Anticorpos Igg Antitripanossoma Cruzi	Serviço	5	R$ 9,25	R$ 46,25
134	Pesquisa de Anticorpos Igm (Dengue e Febre Amarela)	Serviço	50	R$ 20,00	R$ 1.000,00
135	Pesquisa De Ovos E Cistos De Parasitas (parasitológico)	Serviço	200	R$ 1,65	R$ 330,00
136	Dosagem De Barbiturados - Fenobarbital	Serviço	30	R$ 13,13	R$ 393,90
137	Dosagem De Chumbo	Serviço	5	R$ 28,83	R$ 144,15
138	Baciloscopia Direta P/ Baar Hanseníase	Serviço	10	R$ 4,20	R$ 42,00
139	Teste Indireto De Antiglobulina Humana (Tia) (CoombsIndire.)	Serviço	50	R$ 2,73	R$ 136,50
140	Pesquisa De Antic. Contra Antig. Do ViírusHepat.B (Anti-Hbe)	Serviço	15	R$ 18,55	R$ 278,25
141	Pesquisa De Antic. Igg Contra Antig. Da Hepat. A (Anti - Hvaigg)	Serviço	15	R$ 18,55	R$ 278,25
142	Pesquisa De Antic. Igm Contra Antig. Da Hepat. A (Anti - Hvaigm)	Serviço	15	R$ 18,55	R$ 278,25
143	Pesquisa De Antígeno Vírus Da Hepatite B (Hbeag)	Serviço	15	R$ 18,55	R$ 278,25

O valor total estimado para a contratação é de R$ 106.234,54 (cento seis mil, duzentos trinta quatro reais e cinquenta quatro centavos).

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

ANEXO II

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 053/2024 - Credenciamento nº 003/2024

Credenciamento nº 003/2024

Ilmo(a) Sr. (a)

Presidente da Comissão de Seleção Pública do Município de Monsenhor Paulo.

Assunto: Encaminhamento de proposta para o Edital de Credenciamento nº 003/2024, cujo objeto é Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços nas ações de assistência à saúde, para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, com ponto de coleta dentro do perímetro urbano para atendimento aos pacientes e os Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 199, § 1º, c/c art. 24 da Lei Federal nº 8.080/1990.
Os exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender a demanda dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serão realizados e autorizados em conformidade com os exames e valores constantes na tabela SUS (SIGTAP - http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp), em vigor., conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência.

Encaminho para apreciação de Vossa Excelência documentação e formulário de disponibilidade de demanda da(o) ____(Nome da Empresa)_____, CNPJ/CPF nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador do CPF nº _____, formalizando assim, manifestação de interesse no Edital de Credenciamento nº 003/2024 para a execução do(s) serviço(s) nas quantidades abaixo relacionada(s).

DISPONIBILIDADE DE DEMANDA PELO CREDENCIAMENTO

Item	Descrição do Serviço	Unid.	*Quant. Capacidade Mensal	Vlr. Unit.

Através do presente requerimento, DECLARO que conheço e concordo integralmente com os termos do edital e anexos.

Nos termos do art. 63, §1º da Lei 14.133/2021, declaro para os devidos fins que a assumo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Obs: No campo capacidade mensal deverá ser informado a capacidade de atendimento do Credenciamento por serviço credenciado em um período mensal.

Atenciosamente,

_____
<Nome do(a) responsável legal>
Razão Social da Empresa

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

Processo n° 053/2024 - Credenciamento nº 003/2024 Credenciamento n° 003/2024

A(O) Empresa/Profissional _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____;

A empresa/profissional acima Declara para os devidos fins de participação no presente certame:

( ) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

( ) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

( ) que assume a responsabilidade pelas informações constantes em sua proposta;

( ) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

( ) que tomou pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que venham a ensejar avenças técnicas ou financeiras, conforme o Acordão nº 1.174/2008, do Plenário do TCU.

(Assinalar apenas os itens que se enquadra)

( ) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.***Nota Explicativa:*** *a não assinalação do campo acima apenas produzirá o efeito de o fornecedor não*

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

( ) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

_____, ____ de _____ de 20__.

_____
(Nome e assinatura do representante legal)

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

O(A) Município de Monsenhor Paulo, inscrito no CNPJ nº 22.541.874/0001-99, com sede na Rua José Américo, nº 525, Centro, Monsenhor Paulo, MG, representado(a) pelo(a) Prefeito(a), Exmo(a) Sr(a) Letícia Aparecida Belato Martins, a seguir denominado **CONTRATANTE** e o(a) empresa/autônomo(a) _____, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, situada no(a) _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, CPF nº _____ a seguir denominado(a) **CONTRATADO(A),** resolvem firmar o presente contrato, com fundamento no **Processo nº 053/2024 - Credenciamento nº 003/2024 - Credenciamento nº 003/2024**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 015.2023 - Regulamenta Lei Federal nº 14.133.2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e Decreto Municipal nº 020.2023 - Regulamenta Sistema de Registro de Preços; e Lei Municipal nº 1.822/2023, instituiu o Programa Meu Negócio e Paulense ao incentivo ao comercio local e demais legislação aplicável, aplicando-se a este instrumento suas disposiçoes irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento o **Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços nas ações de assistência à saúde, para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, com ponto de coleta dentro do perímetro urbano para atendimento aos pacientes e os Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 199, § 1º, c/c art. 24 da Lei Federal nº 8.080/1990.**
Os exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender a demanda dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serão realizados e autorizados em conformidade com os exames e valores constantes na tabela SUS (SIGTAP - http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp), em vigor., nos termos e condições especificadas no Termo de referência parte integrante e inseparável deste contrato.

1.2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL art. 74, IV c/c art. 79, I da Lei 14.133/2021

1.3 - Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unid.	Qntd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total

974 - ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO - CREDENCIAMENTO SERVIÇOS - NLLC - ATIVO - Aprovado _ - Cópia

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

1.4 - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital de Credenciamento, o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, quando elaborado, a proposta, o requerimento e as declarações apresentadas pela CONTRATADA, eventuais anexos dos documentos supracitados, ambos constantes deste Processo de contratação direta.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente., contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - As regras de subcontratação, quando for o caso, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 - O valor total da contratação será de **R$** _____**,** conforme quadro acima.

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6 - CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 - O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA por demanda de serviço prestado, a ser apurado mensalmente através de relatório analítico, e, observando o valor unitário de cada procedimento em que a CONTRATADA se credenciou.

6.2 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 - O reajuste e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 - As obrigações do contratante encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

9 - CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 - As obrigações do contratado encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado, que possam impactar no cumprimento das obrigações relacionadas a LGPD.

10.5 - Quando for o caso, terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, quando cabivel.

10.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, se houver, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo(a) Município de Monsenhor Paulo, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1 - As regras referentes a exigência de garantia contratual da execução encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 - O(a) contratado(a) que cometer qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, ficará sujeito às sanções previstas no art. 156, observado os procedimentos estabelecidos nos art. 157 e 158 da referida lei.

12.1.1 - As infrações e sanções administrativas encontram-se definidas em tópico específico (item 09) do edital de credenciamento.

12.1.2 - O(A) Contratado(a) declara plena ciência das hipóteses de infrações e sanções previstas no edital de credenciamento, sendo parte integrante e inseparável deste contrato.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 - A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Município de Monsenhor Paulo, para o exercício atual, na classificação abaixo:

02.06.02.10.301.0020.2.037.3390.39.00 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Red. 477 - Fonte: 1.500.000; 1.621.000; 2.621.000**.**

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo(a) Município de Monsenhor Paulo, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1 - Incumbirá ao(a) Município de Monsenhor Paulo divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021 bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (art. 92, §1º)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do município da licitante, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Monsenhor Paulo, __/ __/ ____.

_____
Letícia Aparecida Belato Martins
Prefeito(a)

_____
Nome do Representante Legal
Razão Social da Empresa

TESTEMUNHAS

1) Ass.:_____ **2) Ass.:**_____

Nome:_____ **Nome:**_____

CPF:_____ **CPF:**_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CREDENCIAMENTO

1 - Informações Básicas

1.1 - Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços nas ações de assistência à saúde, para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, com ponto de coleta dentro do perímetro urbano para atendimento aos pacientes e os Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 199, § 1º, c/c art. 24 da Lei Federal nº 8.080/1990.
Os exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender a demanda dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serão realizados e autorizados em conformidade com os exames e valores constantes na tabela SUS (SIGTAP - http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp), em vigor., conforme solução definida neste estudo técnico preliminar.

2 - Descrição da necessidade

2.1 - Justifica-se, para realização de exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde para atendimento das demandas de acordo com as políticas de saúde dos pacientes acompanhados no âmbito municipal da Rede Municipal de Saúde.

A Saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição da República de 1988. O Sistema Único de Saúde, que prevê em suas legislações as ações de saúde e as formas de seu financiamento, com a criação de Fundos Públicos com transferências obrigatórias para o gerenciamento dos gastos em saúde pública, conforme previsto nos artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal. Atualmente a Portaria nº 2.048, de 3 de setembro de 2009 do Ministério da Saúde, que aprova o Regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamenta todo o Planejamento da Saúde Pública Brasileira.

A Constituição Federal em seu artigo 199 prevê ainda, a possibilidade de atuação da iniciativa privada de forma complementar o sistema único de saúde, obedecidas as diretrizes do SUS. A Saúde Pública no Brasil é estruturada a partir de um pacto federativo formulado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o "Pacto pela Saúde", firmado em 2006, que disciplina as responsabilidades e obrigações de cada nível da federação e as estratégias e metas das ações de saúde. De acordo com a Cartilha do SUS, a União é o principal financiador da saúde pública no país.

A União formula políticas nacionais, mas a implementação é feita pelos entes federados (estados e município) e também através de Filantropia e da Iniciativa privada. A partir do Pacto pela Saúde, assinado em 2006, houve a municipalização das ações da saúde, passando o Município a ser o principal responsável pela execução das políticas de Saúde Pública. O Pacto pela Saúde prevê a assunção paulatina da gestão das ações e serviços de saúde pelos Municípios, através

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

de níveis de responsabilização e pactuação.

3 - Área(s) requisitante(s)

3.1 - Secretaria Municipal de Saúde

4 - Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 - Da natureza dos serviços

4.1.1 - O estudo atual trata da contratação de serviços que, por sua natureza, se enquadram na hipótese de inexigibilidade prevista no art. 74, IV c/c art. 79, inciso I da Lei 14.133/2021.

4.2 - Dos requisitos legais para a contratação

4.2.1 - Na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/2021 a competição torna-se inviável haja vista que todos os interessados que preencherem as condições estabelecidas pelo regulamento a ser expedido pela Administração serão credenciados e, por consequência, estarão aptos a serem contratados. Logo, na medida em que a competição é inviável, justifica-se o fundamento legal para o credenciamento - art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2 - Ainda de acordo com o art. 79 da Lei nº 14.133/2021, para a instituição do credenciamento é necessário que o edital de chamamento de interessados estabeleça condições padronizadas de contratação e o valor da contratação. Para tanto, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação.

4.3 - Prazo de vigência da contratação:

4.3.1 - O prazo de vigência do credenciamento será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente..

4.4 - Sustentabilidade

4.4.1 - Quanto aos critérios de sustentabilidade devem ser atendidos os princípios de sustentabilidade contidos na Lei 14.133/2021, na Lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais legislações específicas, adotando ainda, na execução do objeto contratual, práticas de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível,

5 - Levantamento de Mercado e justificativa da solução adotada (credenciamento)

5.1 - Após levantamento não identificamos alternativas de solução no mercado para a necessidade apresentada que não seja a contratação na forma de credenciamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Os serviços descritos neste estudo necessitam ser prestados por uma pluralidade de contratos simultâneos, sem exceção, razão pela qual mostra-se inviável a competição, haja vista a possibilidade de contratação de todos os profissionais/empresa do ramo pertinente.

Para a contratação em tela, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem à necessidade do(a) contratante. Na oportunidade, constatamos que o modelo adotado para esta contratação é similar aos modelos adotados em outras contratações no âmbito da Administração Pública.

6 - Descrição da solução como um todo

6.1 - As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos dos serviços objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.

7 - Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Hemograma Completo	Serviço	2000
2	Ureia	Serviço	1700
3	Tsh	Serviço	360
4	AcidoUrico	Serviço	1700
5	Pesquisa De Anticorpos Antiestreptolisina O (Aslo)	Serviço	40
6	Pesquisa De Mucopolissacarideos Na Urina	Serviço	50
7	Prova Do Latex P/ Pesquisa Do Fator Reumatoide	Serviço	20
8	Dosagem De Glicose	Serviço	2000
9	Dosagem De Triglicerideos	Serviço	1700
10	Dosagem De 25 Hidroxivitamina D	Serviço	360
11	Dosagem De Vitamina B12	Serviço	360
12	Dosagem De Potassio	Serviço	75
13	Dosagem De Calcio	Serviço	75
14	Dosagem De Calcio Ionizavel	Serviço	20
15	Dosagem De AntigenoProstatico Especifico (Psa) livre e total	Serviço	100
16	Dosagem De Colesterol Total	Serviço	1700
17	Dosagem De Colesterol Hdl	Serviço	1700
18	Dosagem De Colesterol Ldl	Serviço	1700
19	Pesquisa De Anticorpos Antinucleo (Fan)	Serviço	152
20	Dosagem De Creatinina	Serviço	1700
21	Dosagem De Transaminase Glutamico-Oxalacetica (Tgo)	Serviço	1300
22	Dosagem De Transaminase Glutamico-Piruvica (Tgp)	Serviço	1300
23	Determinacao De Velocidade De Hemossedimentacao (Vhs)	Serviço	50
24	Determinacao Quantitativa De Proteina C Reativa (Pcr)	Serviço	200

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.
25	Dosagem De Tiroxina Livre (T4 Livre)	Serviço	100
26	Analise De Caracteres Fisicos, Elementos E Sedimento Da Urina (Eas)	Serviço	1700
27	Dosagem De Gama-Glutamil-Transferase (Gama Gt)	Serviço	1300
28	Pesquisa De Anticorpos Anti-Dna	Serviço	5
29	Dosagem De Imunoglobulina E (Ige)	Serviço	5
30	Dosagem De Imunoglobulina A (Iga)	Serviço	5
31	Dosagem De Imunoglobulina M (Igm)	Serviço	5
32	Pesquisa De Fator Reumatoide (Waaler-Rose)	Serviço	20
33	Vdrl P/ Deteccao De Sifilis Em Gestante	Serviço	60
34	Pesquisa De Larvas Nas Fezes	Serviço	100
35	Dosagem De Gama-Glutamil-Transferase (Gama Gt) (Ggt)	Serviço	1300
36	Pesquisa De Anticorpos Anti-Hiv-1 + Hiv-2 (Elisa)	Serviço	60
37	Dosagem De Fosfatase Alcalina (Fa)	Serviço	60
38	Dosagem De Bilirrubina Total E Fracoes	Serviço	60
39	Pesquisa De Anticorpos Antitireoglobulina	Serviço	5
40	Dosagem De Tireoglobulina	Serviço	5
41	Dosagem De Hormonio Luteinizante (Lh)	Serviço	12
42	Determinacao De Fator Reumatoide	Serviço	20
43	Dosagem De Fosforo	Serviço	75
44	Dosagem De Sodio	Serviço	75
45	Dosagem De Muco-Proteinas	Serviço	5
46	Urocltura	Serviço	100
47	Antibiograma	Serviço	50
48	Determinacao De Tempo E Atividade Da Protrombina (Tap)	Serviço	20
49	Dosagem De Ferro Serico	Serviço	20
50	Dosagem De Ferritina	Serviço	20
51	Dosagem De Transferrina	Serviço	12
52	Contagem De Reticulocitos	Serviço	5
53	Determinacao De Tempo De Tromboplastina Parcial Ativada (Ttp Ativada) (Ttpa)	Serviço	70
54	Dosagem De Progesterona	Serviço	5
55	Dosagem Do Antígeno Ca 125	Serviço	60
56	Pesquisa De AntigenoCarcinoembrionario (Cea)	Serviço	20
57	Dosagem De Desidrogenase Latica	Serviço	12
58	Dosagem De Aldolase	Serviço	5
59	Dosagem De Creatinofosfoquinase (Cpk)	Serviço	6
60	Dosagem De Amilase	Serviço	30
61	Dosagem De Lipase	Serviço	30
62	Pesquisa De Sangue Oculto Nas Fezes	Serviço	15
63	Pesquisa De Anticorpos Contra Antigeno De Superficie Do Virus Da Hepatite B (Anti-Hbs)	Serviço	8
64	Dosagem De Hemoglobina Glicosilada (Hba1c)	Serviço	500

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.
65	Pesquisa De Antigeno De Superficie Do Virus Da Hepatite B (Hbsag)	Serviço	60
66	Dosagem De Testosterona (Total)	Serviço	5
67	Dosagem De Testosterona Livre	Serviço	5
68	Dosagem De HormonioFoliculo-Estimulante (Fsh)	Serviço	12
69	Dosagem De Microalbumina Na Urina	Serviço	12
70	Dosagem De Estradiol	Serviço	5
71	Dosagem De Gonadotrofina Corionica Humana (Hcg, Beta Hcg)	Serviço	100
72	Dosagem De Somatomedina C (Igf1)	Serviço	5
73	Dosagem De Gonadotrofina Corionica Humana (Hcg, Beta Hcg) quantitativo	Serviço	10
74	Dosagem De Triiodotironina (T3)	Serviço	5
75	Eritrograma (Eritrocitos, Hemoglobina, Hematocrito)	Serviço	5
76	Dosagem De Prolactina	Serviço	8
77	Dosagem De Alfa-Fetoproteina	Serviço	5
78	Determinacao De Curva Glicemica (2 Dosagens)	Serviço	75
79	Dosagem De Hormonio De Crescimento (Hgh)	Serviço	5
80	Pesquisa De Anticorpos Antimicrossomas	Serviço	5
81	Eletroforese De Proteinas	Serviço	5
82	Pesquisa De Anticorpos Contra O Virus Da Hepatite C (Anti-Hcv)	Serviço	60
83	Contagem De Plaquetas	Serviço	700
84	Baciloscopia Direta P/ Baar Tuberculose (Diagnóstica)	Serviço	30
85	Dosagem De Proteinas Totais E Fracoes	Serviço	50
86	Dosagem De Paratormonio (Pth)	Serviço	5
87	Pesquisa De Anticorpos Anti-Ss-B (La)	Serviço	5
88	Pesquisa De Anticorpos Anti-Ss-A (Ro)	Serviço	5
89	Pesquisa De Anticorpos Anti-Sm	Serviço	5
90	Dosagem De Magnesio	Serviço	20
91	Dosagem De Cloreto	Serviço	12
92	Pesquisa De Anticorpos Igg Contra O Virus Epstein-Barr	Serviço	5
93	Pesquisa De Anticorpos Igm Contra O Virus Epstein-Barr	Serviço	5
94	Pesquisa De Anticorpos IggAnticitomegalovirus	Serviço	5
95	Pesquisa De Anticorpos IgmAnticitomegalovirus	Serviço	5
96	Clearance De Creatinina	Serviço	10
97	Dosagem de Alfa-1-Glicoproteina Acida	Serviço	5
98	Dosagem De Peptideo C	Serviço	5
99	Acido fólico	Serviço	8
100	Determinacao De Tempo De Sangramento -Duke	Serviço	30
101	Determinacao De Tempo De Coagulacao	Serviço	70
102	Pesquisa De Anticorpos Igm Contra Antigeno Central Do Virus Da Hepatite B (Anti-Hbc-Igm)	Serviço	8
103	Pesquisa De Anticorpos Igg E Igm Contra Antigeno Central Do Virus Da Hepatite B (Anti-Hbc-Total)	Serviço	8
104	Bacterioscopia (Gram)	Serviço	12

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Item	Descrição	Unid.	Quant.
105	Determinacao De Curva GlicemicaClassica (5 Dosagens)	Serviço	12
106	Dosagem De Complemento C3	Serviço	5
107	Dosagem De Complemento C4	Serviço	5
108	Pesquisa De Anticorpos Anti-Ribonucleoproteina (Rnp)	Serviço	5
109	Determinacao De Capacidade De Fixacao Do Ferro	Serviço	12
110	Dosagem De Aluminio	Serviço	8
111	Pesquisa De Anticorpos Igg Contra O Virus Da Rubeola	Serviço	60
112	Pesquisa De Anticorpos Igm Contra O Virus Da Rubeola	Serviço	60
113	Pesquisa De Anticorpos IggAntitoxoplasma	Serviço	60
114	Pesquisa De Anticorpos IgmAntitoxoplasma	Serviço	60
115	Dosagem De Insulina	Serviço	5
116	Dosagem De AcidoValproico	Serviço	6
117	Dosagem De Carbamazepina	Serviço	6
118	Dosagem De Cortisol	Serviço	6
119	Teste de Supressão do Cortisol Após Dexametasona	Serviço	5
120	Dosagem De Fibrinogenio	Serviço	5
121	Pesquisa De Fator Rh (Inclui D Fraco)	Serviço	60
122	Determinação Direta e Reversa de Grupo Abo	Serviço	12
123	Dosagem De Sulfato De Hidroepiandrosterona (Dheas)	Serviço	3
124	Dosagem De Androstenediona	Serviço	3
125	Pesquisa De Anticorpos Antimusculo Liso	Serviço	3
126	Glicose Pos Dextros	Serviço	30
127	Dosagem De Proteinas (Urina De 24 Horas)	Serviço	12
128	Leucograma	Serviço	5
129	Dosagem De Litio	Serviço	12
130	Baciloscopia Para Barr	Serviço	12
131	Dosagem De Adrenocorticotrofico (Acth)	Serviço	3
132	Gasometria	Serviço	10
133	Pesquisa de Anticorpos Igg Antitripanossoma Cruzi	Serviço	5
134	Pesquisa de Anticorpos Igm (Dengue e Febre Amarela)	Serviço	50
135	Pesquisa De Ovos E Cistos De Parasitas (parasitológico)	Serviço	200
136	Dosagem De Barbiturados - Fenobarbital	Serviço	30
137	Dosagem De Chumbo	Serviço	5
138	Baciloscopia Direta P/ Baar Hanseníase	Serviço	10
139	Teste Indireto De Antiglobulina Humana (Tia) (CoombsIndire.)	Serviço	50
140	Pesquisa De Antic. Contra Antig. Do ViírusHepat.B (Anti-Hbe)	Serviço	15
141	Pesquisa De Antic. Igg Contra Antig. Da Hepat. A (Anti - Hvalgg)	Serviço	15
142	Pesquisa De Antic. Igm Contra Antig. Da Hepat. A (Anti - Hvalgm)	Serviço	15
143	Pesquisa De Antígeno Vírus Da Hepatite B (Hbeag)	Serviço	15

7.1 - Metodologia de cálculo dos quantitativos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

7.1.1 - O dimensionamento do quantitativo foi obtido com base na demanda realizada nos últimos 12 (doze) meses e a demanda represada junto a Secretaria Municipal de Saúde atualmente..

8 - Estimativa do Valor da Contratação

8.1 - O valor estimado da contratação é de R$ R$ 106.234,54 (cento seis mil, duzentos trinta quatro reais e cinquenta quatro centavos).

8.2 - O valor estimado da contratação foi elaborado seguindo as regras previstas no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, os quais foram utilizados para elaboração do orçamento estimativo.

8.3 - Os exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender a demanda dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serão realizados e autorizados em conformidade com os exames e valores constantes na tabela SUS (SIGTAP - http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp), em vigor.

9 - Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 - Nos termos do §2º, inciso II e III do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação será subdividida em tantas parcelas quanto necessário para o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, ampliação do maior número de interessados a satisfazer as necessidades da administração. 9.1.1 - Neste sentido, haverá o parcelamento da solução e, portanto, a contratação será por ITENS, considerando que o objeto é divisível.

10 - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 - **Contratações correlatas** são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser contratadas para a completa prestação do objeto principal. **Já as contratações interdependentes** são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

10.2 - Entendemos não haver para o objeto em questão a previsão de contratação correlata e nem interdependente.

11 - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, quando elaborado

11.1 - A contratação pretendida está alinhada com o Planejamento 2024, porém, o plano de contratações anual ainda não foi adotado pelo(a) Município de Monsenhor Paulo.

12 - Demonstrativo dos resultados pretendidos

12.1 - Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

Justifica-se, para realização de exames laboratoriais de análises clínicas nos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde para atendimento das demandas de acordo com as políticas de saúde dos pacientes acompanhados no âmbito municipal da Rede Municipal de Saúde.

A Saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição da República de 1988. O Sistema Único de Saúde, que prevê em suas legislações as ações de saúde e as formas de seu financiamento, com a criação de Fundos Públicos com transferências obrigatórias para o gerenciamento dos gastos em saúde pública, conforme previsto nos artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal. Atualmente a Portaria nº 2.048, de 3 de setembro de 2009 do Ministério da Saúde, que aprova o Regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamenta todo o Planejamento da Saúde Pública Brasileira.

A Constituição Federal em seu artigo 199 prevê ainda, a possibilidade de atuação da iniciativa privada de forma complementar o sistema único de saúde, obedecidas as diretrizes do SUS. A Saúde Pública no Brasil é estruturada a partir de um pacto federativo formulado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o "Pacto pela Saúde", firmado em 2006, que disciplina as responsabilidades e obrigações de cada nível da federação e as estratégias e metas das ações de saúde. De acordo com a Cartilha do SUS, a União é o principal financiador da saúde pública no país.

A União formula políticas nacionais, mas a implementação é feita pelos entes federados (estados e município) e também através de Filantropia e da Iniciativa privada. A partir do Pacto pela Saúde, assinado em 2006, houve a municipalização das ações da saúde, passando o Município a ser o principal responsável pela execução das políticas de Saúde Pública. O Pacto pela Saúde prevê a assunção paulatina da gestão das ações e serviços de saúde pelos Municípios, através de níveis de responsabilização e pactuação.

Atender demanda mensal e a demanda represada junto a Secretaria Municipal de Saúde atualmente.

13 - Providências a serem Adotadas

13.1 - Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, visto que não há necessidade de capacitação de fiscais e/ou gestores de contrato ou de adequação do ambiente da organização.

14 - Possíveis Impactos Ambientais

14.1 - Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

15 - Análise de Risco

15.1 - Conforme entendimento do TCU[1] "(...) o estudo técnico preliminar já serve, naturalmente, ao gerenciamento de riscos da futura contratação". Cada elemento do ETP permite de certa forma antecipar problemas e prever oportunidades, orientando a tomada de decisão na fase de elaboração dos demais documentos, especialmente o termo de referência.

15.2 - Posto isso, no presente caso, por se tratar de contratação de baixa complexidade já conhecida da administração, em que os próprios elementos do ETP já serviram ao gerenciamento de risco, não havendo necessidade de elaboração do Mapa de risco na fase preparatória.

16 - Declaração de Viabilidade

16.1 - Declaro(amos) viável esta contratação.

16.1.1 - Justificativa da Viabilidade

16.1.1.1 - Pelo constatado nos estudos preliminares considera-se que a contratação é viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento.

Monsenhor Paulo, 11/04/2024.

Letícia Mendes Trindade
Secretário(a) Municipal de Saúde

DESPACHO

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar, considerando a importância da contratação, em face das justificativas técnicas apresentadas.

Monsenhor Paulo, 11/04/2024

Letícia Aparecida Belato Martins
Prefeito(a)

MUNICÍPIO DE MONSENHOR PAULO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 22.541.874/0001-99

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
FLS Nº

Município de Monsenhor Paulo - MG
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

PODER LEGISLATIVO

Licitações e Contratos

Errata

CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Vereador Geraldo Bellato Teixeira
Av. Cônego Fernando, 42 - Centro - 37405-000
Monsenhor Paulo - Minas Gerais - Tel.: (35) 3263-1416
e-mail.: camaramp@yahoo.com.br

DECISÃO DE CORREÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONSIDERANDO que foram utilizadas no decorrer do Procedimento Licitatório 013/2024, Dispensa 012/2024, dotações orçamentárias equivocadas;

CONSIDERANDO, entretanto, a desnecessidade de alteração dos mencionados instrumentos, por aditivo, uma vez que a Lei garante a possibilidade de apostilamento[1].

DETERMINO a correção, por apostilamento, nos sistemas próprios, das informações referentes às dotações orçamentárias mencionadas no decorrer do Procedimento Licitatório 013/2024, Dispensa 012/2024, publicando-se, em sequência, a correção, no Diário Oficial do Município.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 013/2024, DISPENSA Nº 012/2024:

01) **Objeto**: AQUISIÇÃO DE SMARTPHONES PARA MODERNIZAR E AGILIZAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, BEM COMO MELHORAR O ATENDIMENTO E A INTERAÇÃO COM A POPULAÇÃO, POR MEIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO – MG.

Dotação informada: **01.01.01.01.031.1001.4005.3390.30.00, FICHA 04, Fonte 1500**.
Dotação correta: **01.01.01.01.031.1001.3005.4490.5200 - FICHA 01, Fonte 1500.**

Informando que a especificação da estrutura é **EQUIPAMENTOS PARA O PLENÁRIO E GABINETE DOS VEREADORES - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**.

---

[1] ***Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:***

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Vereador Geraldo Bellato Teixeira
Av. Cônego Fernando, 42 - Centro - 37405-000
Monsenhor Paulo - Minas Gerais - Tel.: (35) 3263-1416
e-mail.: camaramp@yahoo.com.br

Câmara Municipal de Monsenhor Paulo – Estado de Minas Gerais, em 11 de Abril de 2024.

CARLOS EDUARDO RIBEIRO BRANDAO:08519763600

Assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO RIBEIRO BRANDAO:08519763600
ND: C=BR, OU=Videoconferencia, OU=45413487000172, OU=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, CN=CARLOS EDUARDO RIBEIRO BRANDAO:08519763600
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.04.11 12:11:07-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

CARLOS EDUARDO RIBEIRO BRANDÃO

Presidente da Câmara Municipal de Monsenhor Paulo-MG

CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Vereador Geraldo Bellato Teixeira
Av. Cônego Fernando, 42 - Centro - 37405-000
Monsenhor Paulo - Minas Gerais - Tel.: (35) 3263-1416
e-mail.: camaramp@yahoo.com.br

ERRATA

PUBLICAÇÕES PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 013/2024

DISPENSA 012/2024

Nas publicações referentes ao Processo Licitatório nº **013/2024,** Dispensa nº **012/2024,** cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE SMARTPHONES PARA MODERNIZAR E AGILIZAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, BEM COMO MELHORAR O ATENDIMENTO E A INTERAÇÃO COM A POPULAÇÃO, POR MEIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO – MG;**

Onde se lê a dotação:

01.01.01.01.031.1001.4005.3390.30.00, FICHA 04, Fonte 1500;

Leia-se:

01.01.01.01.031.1001.3005.4490.5200 - FICHA 01, Fonte 1500.

A correção foi efetivada nos sistemas próprios desta Casa, por APOSTILAMENTO, **com fundamento no art. 136, da Lei nº 14.133/2.021.**Vejamos:

> ***"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:***
>
> ***I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;***
>
> ***II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;***
>
> ***III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;***
>
> ***IV - empenho de dotações orçamentárias."***

Câmara Municipal de Monsenhor Paulo – Estado de Minas Gerais, em 11 de Abril de 2024.

CARLOS EDUARDO RIBEIRO BRANDAO:08519763600

Assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO RIBEIRO BRANDAO:08519763600
ND: C=BR, OU=Videoconferencia, OU=45413487000172, OU=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, CN=CARLOS EDUARDO RIBEIRO BRANDAO:08519763600
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.04.11 12:13:37-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

CARLOS EDUARDO RIBEIRO BRANDÃO

Presidente da Câmara Municipal de Monsenhor Paulo